

A INFILTRAÇÃO DE AGENTES POLICIAIS EM AMBIENTE VIRTUAL NO BRASIL E A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

THE INFILTRATION OF POLICE AGENTS IN VIRTUAL ENVIRONMENT IN BRAZIL AND THE DOCTRINE OF INTEGRAL PROTECTION OF CHILDREN AND ADOLESCENTS.

Luiz Vinicius Moura de Oliveira

Laura Borges Ricardo²

Resumo: Na pós-modernidade observa-se a alteração dos ordenamentos jurídicos, inovando a legislação referente aos mecanismos adequados de investigação, frente às novas formas de cometimento de delito. Crianças e adolescentes passaram a integrar o mundo cibernético e em face da “imaturidade” virtual tornaram-se vítimas, principalmente dos delitos referentes à violação da dignidade sexual das mesmas. O ordenamento jurídico brasileiro confere aos menores, proteção, de acordo com a Constituição Federal de 1988 e a Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, consolidando os princípios de proteção integral à criança e ao adolescente. Em 2008, este foi alterado em razão da Lei 11.829, visando aprimorar o combate a pornografia infantil, bem como outras condutas de pedofilia na internet. Além disso, a Lei 13.441 de 2017, que altera a Lei 8.069/90 trouxe a previsão de infiltração virtual de agentes de polícia, a fim de investigarem os crimes contra a dignidade sexual da criança e do adolescente. A pesquisa foi desenvolvida a partir do método dedutivo, trazendo o fenômeno concreto e real analisando a legislação vigente e a realidade social. O artigo apresenta o seguinte problema: A infiltração de agentes policiais em ambiente virtual e o contato com criminosos os levam muitas vezes a se comunicarem com menores numa situação em que poderia se caracterizar o aliciamento ou o assédio, diante disso, a infiltração virtual desses agentes viola a doutrina da proteção integral da criança e do adolescente?

Palavras-chave: Infiltração virtual, crianças, adolescente, dignidade sexual, proteção integral.

On post-modernity observes the change of the legal systems, innovating the legislation referring to the appropriate mechanisms of investigation against the new forms of crime committed. Children and teenagers have joined the cyber world, and in the face of "immaturity" virtual became victims, mainly of crimes relating to violation of the sexual dignity of the same. The Brazilian legal system confers protection to minors, according to the Federal Constitution of 1988 and the law 8.069/90, consolidating the principles of comprehensive protection for children and teenagers. In 2008 the Statute of children and

1. Luiz Vinicius Moura de Oliveira, aluno do 10º período de Direito da UNA, Uberlândia-MG. E-mail: luizoliveiratm@hotmail.com
2. Laura Borges Ricardo, advogada e professora universitária da UNA de Uberlândia- MG. Email: laura.borges.r@hotmail.com

teenagers has changed as a result of the law 11.829, in order to improve the combat of child pornography, as well as other conduct of pedophilia on the internet. In addition, the 13.441 of 2017 Law altered the 8.069/90 Law and brought the virtual infiltration of police officers, in order to investigate crimes against sexual dignity of children and teenagers. The research was developed from the deductive method, bringing concrete and real phenomenon by analysing existing legislation and social reality. The article has the following problem: the infiltration of police officers in virtual environment and contact with criminal stake them often communicate with minors in a situation where we could characterize the solicitation or harassment, given this, the virtual infiltration of these agentes violate the doctrine of the integral protection of children and teenagers?

Keywords: Virtual infiltration, children, adolescent, sexual dignity, integral protection.

1. Introdução

Recentemente ocorreram avanços no mundo tecnológico e cibernético, que além de se tornarem essenciais para as necessidades sociais, promoveram sofisticação de mecanismos para práticas delituosas no mundo virtual. A sociedade e a criminalidade se desenvolvem conjuntamente. A chamada “sociedade da informação”, atualmente está disponível a todos, inclusive às crianças e adolescentes e nessa vertente, diversos delitos virtuais acontecem diariamente, afetando aqueles que se utilizam do ambiente virtual para se socializarem com os demais.

Com o avanço das tecnologias, as pessoas estão vulneráveis ao ambiente virtual, principalmente as crianças e os adolescentes, que se tornaram membros da sociedade da informação, desconhecendo os riscos que surge a cada “login” no ambiente virtual.

A era cibernética alterou as rotinas tradicionais antes vividas na infância, como soltar pipa, jogar bola na rua, dentre outras atividades. A atratividade que o mundo virtual traz às crianças e aos adolescentes tem sido fator extremamente preocupante aos pais e responsáveis, seja pelos motivos de saúde ocasionados pelo excesso do uso e pelos perigos decorrentes dos infratores virtuais, que praticam diariamente a pornografia infantil. Em razão desse cenário, a Constituição Federal de 1988, no artigo 227 dispõe sobre a proteção integral da criança, garantindo que sejam preservadas a integridade física, a intimidade e a honra das crianças e dos adolescentes.

Os crimes ocorridos no ambiente virtual, relacionados a dignidade sexual da criança e do adolescente, culminaram na alteração no ano de 2008 ao Estatuto da Criança e do Adolescente, com a criação da Lei 11.829, que trouxe tipos penais específicos para aprimorar o combate a pornografia infantil. Recentemente no Brasil, em face dos avanços tecnológicos para essa prática delituosa, houve a necessidade de realizar inovação no ordenamento jurídico, sendo promulgada a Lei 13.441/2017, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, trazendo em sua redação, a previsão legal sobre o instituto de infiltração de agentes de polícia no ambiente virtual, visando o enfrentamento a esses delitos.

A Lei 13.441/17 estabeleceu a alteração no Art.190-A do ECA e dispõe que a infiltração virtual de agentes só poderá ser utilizada para apuração dos crimes descritos nos artigos 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C e 241-D, todos ECA e artigos 154-A, 217-A, 218, 218-A e 218-B do Código Penal brasileiro.

À medida que são detectados indícios da prática de crimes relacionados à dignidade sexual da criança e do adolescente, as autoridades competentes, delegados de polícia e promotores de justiça, analisam caso a caso e manifestam à autoridade judicial, por meio de representação, nos casos que identificam ser cabível a infiltração virtual, solicitando a autorização desse instituto para elucidação desses delitos.

Este artigo utiliza-se do método de abordagem dedutivo. O raciocínio dedutivo de modo geral parte de uma premissa universal válida para uma conclusão particular válida. No artigo em questão será analisada a doutrina da proteção integral da criança e do adolescente e se esta pode ser aplicada na infiltração de agentes policiais em ambiente virtual, portanto vai partir de premissas universais válidas para uma conclusão particular também válida. O método de procedimento utilizado nessa pesquisa foi o estruturalista. O método estruturalista, segundo Lakatos (1991), permite a investigação de um fenômeno concreto através da constituição de um modelo que represente o objeto de estudo, como uma realidade estruturada e relacionada com a experiência. Na pesquisa o referido método foi empregado para verificar a estrutura da infiltração de agentes policiais em ambiente virtual dentro do sistema jurídico brasileiro, em face das recentes alterações do ordenamento jurídico brasileiro, a partir da promulgação da Lei 13.441/2017, que trata da infiltração virtual de agentes nos crimes contra a dignidade sexual de criança ou adolescente, e analisar se esse instituto viola a doutrina da proteção integral da criança e do adolescente.

No que se refere às técnicas de pesquisa, será utilizada a documentação indireta através da pesquisa bibliográfica e documental.

2. Doutrina da proteção integral da criança e do adolescente e sua normativa

A vida, a integridade física, a segurança e a intimidade são direitos fundamentais da pessoa humana, assegurados pela Constituição Federal (1988). Nesse sentido, é que se tem a necessidade de se encontrar a melhor solução para garantir que esses direitos sejam respeitados, além de coibir o crime e punir os que ferem essas garantias constitucionais.

O princípio da proteção integral à criança e ao adolescente teve início em nosso ordenamento jurídico com a promulgação da Constituição Federal de 1988, mudando a forma de reconhecer o direito da infância no Brasil, trazendo a seguinte redação:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Art.227,CF/1988)

A proteção integral da criança e do adolescente foi inspirada nas normas internacionais dos direitos humanos, como por exemplo, a Declaração Universal de Direitos Humanos, a Declaração Universal dos Direitos da Criança e a Convenção sobre os Direitos da Criança, englobando todas as necessidades fundamentais para o desenvolvimento da personalidade da criança e do adolescente. Dois anos após a proteção integral ter sido inserida na Constituição Federal de 1988, foi promulgado em 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), consolidando a ampliação desse princípio. Vejamos:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

[...]

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016) (ECA - Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990)

A doutrina da proteção integral reconhece a condição peculiar da criança e do adolescente, impondo ao sistema jurídico a instituição de meios e modos capazes de garantir o desenvolvimento integral dos mesmos.

O Art. 4º, *caput*, do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), traz em sua redação o que está previsto no artigo 227 da nossa Constituição Federal, trazendo os direitos das crianças e adolescentes, de modo meramente exemplificativo, atribuindo o dever que a família e o Poder Público têm de priorizar e atender os direitos dos infantes.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. (ECA - Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990)

A criança e adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, conforme prevê o artigo 3º do Estatuto. Verifica-se que há a igualdade de direitos de todas as crianças e adolescentes entre 0 e 18 anos, embora haja diferenças culturais, racionais e econômicas entre as mesmas.

A doutrina de proteção integral da criança e do adolescente norteia todo o ordenamento jurídico que visa a garantia de proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Nesse sentido, Cury relata que:

Deve-se entender a proteção integral como o conjunto de direitos que são próprios apenas dos cidadãos imaturos; estes direitos, diferentemente daqueles fundamentais reconhecidos a todos os cidadãos, concretizam-se em pretensões nem tanto em relação a um comportamento negativo (abster-se da violação daqueles direitos) quanto a um comportamento positivo por parte da autoridade pública e dos outros cidadãos, de regra dos adultos encarregados de assegurar esta proteção especial. Em força da proteção integral, crianças e adolescentes têm o direito de que os adultos façam coisas em favor deles (CURY, 2008, p. 36).

3. As condutas penais tipificadas no estatuto da criança e do adolescente em relação à pornografia infantil

No ano de 2008 ocorreu uma significativa alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente, com a criação dos tipos penais nos artigos 241-A, 241-B, 241-C e 241-D, que visam coibir os crimes de pedofilia no ambiente virtual.

Anteriormente, os infratores tinham que se deslocar pessoalmente para revelar fotografias envolvendo a pornografia infantil, além de se deslocar até os Correios ou realizar a entrega

peçoal como comprador desse material. Em virtude dos avanços na era cibernética, foi necessário realizar alteração nos tipos penais dos artigos elencados acima, com o fim de coibir essa prática delituosa, tendo em vista que o principal meio de cometimento desse delito é na rede mundial de internet, por se tratar de um ambiente “seguro” para o infrator, devido a seu anonimato e as diversas redes paralelas que foram criadas, aumentando o fluxo de material ilícito disponível na rede.

Vários programas de computadores criados ao longo da evolução cibernética são utilizados pelos infratores virtuais para realizar a prática da pornografia infantil. Um deles é a ferramenta gratuita TOR (The Onion Router), que permite a navegação de forma anônima na internet, protegendo contra a censura e privacidade, permitindo a participação de pessoas que utilizam dessa ferramenta em redes paralela como a “Depp Web”, que é a parte da rede cujo seu conteúdo não está indexado ou disponível, nos principais mecanismos de pesquisas, sendo formada por milhões de páginas, propiciando a intensa prática dos crimes relacionados a pornografia infantil.

Diante desta triste realidade relacionada às crianças e aos adolescentes, os operadores do direito, precisam compreender como estão sendo utilizadas essas ferramentas tecnológicas para prática de crimes relativos à produção, divulgação e armazenamento de material pornográfico através da internet, em especial nos crimes previstos nos artigos 241-A e 241-B do ECA, vejamos:

Art. 241-A. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos e multa.

Art. 241-B. Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa.

A venda de material relacionada ao abuso sexual infanto-juvenil no ambiente virtual se assemelha a prática realizada no ambiente físico, em relação aos ajustes de compra e venda entre as partes envolvidas nessa conduta delituosa. A dificuldade de se rastrear as pessoas que realizam essa conduta, dificulta as autoridades policiais a identificarem esses infratores, pois além desse comércio ser realizado em ambientes fechados, com uso de tecnologias próprias de forma anônima, o pagamento entre as partes envolvidas é feito por moedas virtuais, dificultando o rastreamento das negociações.

No mundo virtual assim como a venda de material de abuso sexual infanto-juvenil, encontram-se inúmeras divulgações de oferta desse conteúdo, caracterizando crime, independentemente do resultado alcançado. A divulgação pode ocorrer por extravio de dispositivos de armazenamento de dados como Pen drives, HDs móveis e telefones celulares, de infratores que mantêm armazenados esses materiais, sendo considerado crime a conduta de armazenar conteúdo relacionado a pornografia infanto-juvenil.

Outra conduta delituosa identificada no mundo virtual é a publicação de material de pornografia infantil em redes sociais, blogs e sites de relacionamentos e devido ao alto número de adeptos as redes sociais, a visualização desse material publicado é imediata por milhares de pessoas. Há diversos sites e plataformas no ambiente virtual e dificilmente são rastreados pelas autoridades policiais.

Nesse contexto, embora tenham sido criadas diversas inovações tecnológicas, com objetivo de melhorar a relação social entre as pessoas, infelizmente nessa evolução cibernética, há pessoas com dolo de praticarem condutas que violam a intimidade e a honra da criança e do adolescente. No Brasil, ao longo do tempo, após a promulgação do ECA, ocorreram inovações na legislação pátria, afim de enfrentar a criminalidade virtual, principalmente em relação à criança e ao adolescente, sendo criada a Lei que autoriza a infiltração virtual de agentes policiais em ambiente virtual.

4. Infiltração policial e sua previsão legal

O instituto de infiltração policial corresponde a um meio extraordinário de investigação e obtenção de prova, utilizado em casos extremos, após terem sido utilizados na investigação policial outros meios que não obtiveram resultado, como por exemplo, a interceptação telefônica. Assim, o agente infiltrado mediante prévia autorização judicial se incorpora em uma organização criminosa, visando obter e colher informações, com objetivos de subsidiar a investigação policial. Neste sentido, Nucci (2016, p. 724) é categórico ao ratificar que a infiltração de agentes “representa uma penetração [...] de maneira lenta, pouco a pouco, correndo pelos seus meandros”.

A infiltração policial no Brasil ganhou previsão legal na Lei 11.343/06, Lei de Drogas, definindo em seu artigo 53, I, que a infiltração é procedimento investigatório cujo objetivo

principal é obter provas de materialidade e autorias de condutas tipificadas na Lei supracitada. E com a promulgação da Lei 12.850/2013 (Lei das Organizações Criminosas) esse instituto foi regulamentado, mesmo não tendo sido expresso à aplicação na seara virtual.

Art. 53. Em qualquer fase da persecução criminal relativa aos crimes previstos nesta Lei, são permitidos, além dos previstos em lei, mediante autorização judicial e ouvido o Ministério Público, os seguintes procedimentos investigatórios:

I - a infiltração por agentes de polícia, em tarefas de investigação, constituída pelos órgãos especializados pertinentes; (Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006)

A previsão legal do instituto de infiltração policial se encontra no artigo 10 da Lei 12.850/2013, que poderá ocorrer em tarefas de investigação policial requeridas pelo Ministério Público ou representadas pela autoridade de polícia judiciária, após motivação e análise, que é o único meio necessário e disponível para obtenção de provas e mediante prévia autorização judicial, dentro do sigilo e limites previstos em lei, por se tratar de um procedimento investigatório de caráter subsidiário.

Art. 10. A infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, representada pelo delegado de polícia ou requerida pelo Ministério Público, após manifestação técnica do delegado de polícia quando solicitada no curso de inquérito policial, será precedida de circunstanciada, motivada e sigilosa autorização judicial, que estabelecerá seus limites. (Lei nº 12.850/2013)

A infiltração policial deve ser realizada por agente de polícia judiciária e excepcionalmente por agentes integrantes da polícia militar, desde que estes estejam agregados em serviços de apoio ao Ministério Público, como por exemplo, membros do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) e em hipótese nenhuma poderá ser realizada por pessoas civis, sendo que nesses casos, se ocorrer e for obtida alguma prova, esta será considerada ilícita.

O agente infiltrado tem sua verdadeira identidade e função oculta através de uso de identidade fictícia, tendo como objetivo conseguir informações e provas suficientes que visam a gerar prisões, mandados de busca e apreensão e outros procedimentos processuais penais, além de neutralizar a organização criminosa. A atividade exercida pelo agente infiltrado pode se tornar uma atividade extremamente perigosa em face aos riscos inerentes a investigação, a vulneração da intimidade do investigado, o qual pode vir a confessar os delitos que praticam o agente, que por sua vez tem que demonstrar receptividade ao que está tomando

conhecimento, sendo essa uma das razões de entender que esse instituto é extremamente utilizado em casos excepcionais que necessitam de prévia autorização judicial.

Alguns doutrinadores entendem que a infiltração de agentes policiais requer a presença física do agente e a infiltração em ambiente virtual, seria uma espécie de interceptação em meios de comunicação efetuada pelo agente policial. Nesse sentido, Mendroni defende:

A “infiltração de agentes”, segundo os conceitos estabelecidos pela Lei brasileira, mas também pelas Leis estrangeiras, pressupõe atuação física do agente no seio da Organização Criminosa. Não pode ser considerada “infiltração de agente”, portanto, a investigação virtual, em sites abertos, sites de relacionamentos sociais, chats, ou outros meios informáticos. Estes, conforme o caso de prefixação de confidencialidade pelo usuário, pode ser considerado interceptação em meios de comunicação. (MENDRONI, 2016, p. 217)

5. A lei 13.441/2017

No ano de 2017, diante da evolução da cibernética no Brasil foi necessária uma inovação do ordenamento jurídico brasileiro, a fim de enfrentar os delitos virtuais inerentes à dignidade sexual da criança e do adolescente, com regras procedimentais específicas.

Em maio de 2017 foi promulgada a Lei ordinária 13.441/2017, estabelecendo a previsão legal de infiltração de agentes policiais em ambiente virtual para os crimes que se referem à dignidade sexual da criança e do adolescente, elencados nos artigos 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C e 241-D, todos do ECA e artigos 154-A, 217-A, 218, 218-A e 218-B, do Código Penal Brasileiro.

Os legisladores criaram esse instituto, visando buscar e qualificar as provas essenciais, acerca dos delitos virtuais e também preservar a garantia da proteção integral da criança e do adolescente no ambiente virtual, de forma que estes continuam tendo livre acesso ao ambiente virtual, independentemente de suas vulnerabilidades no mundo cibernético.

É fato que a infiltração de agentes policiais em ambiente virtual, assim como a infiltração policial, prevista na Lei de Organização Criminosa é medida excepcional, sendo necessário ter um mínimo de elementos, como por exemplo, os indícios da existência dos crimes. E assim que se verifica a existência desses elementos, a autoridade competente para apuração e elucidação desse delito causado por um infrator virtual, representará ao juiz competente, solicitando autorização para implementação desse instituto, para continuidade das investigações.

A Lei 13.441/2017 estabelece os limites temporais em que a infiltração pode ser desenvolvida, sem renovações eventuais no prazo de 90 (noventa) dias, desde que não exceda o prazo máximo de 720 (setecentos e vinte) dias, sendo necessária a demonstração de efetiva necessidade de continuidade, a critério do juiz competente, conforme a seguinte redação:

Art. 190-A. A infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar os crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C e 241-D desta Lei e nos arts. 154-A, 217-A, 218, 218-A e 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), obedecerá às seguintes regras:

[...]

III – não poderá exceder o prazo de 90 (noventa) dias, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que o total não exceda a 720 (setecentos e vinte) dias e seja demonstrada sua efetiva necessidade, a critério da autoridade judicial. (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017) (ECA - Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990)

O agente infiltrado a ser empregado no ambiente virtual, tem que ser primeiramente voluntário e ter habilidades específicas para alcançar êxito em sua infiltração. Em determinadas situações há necessidade de o agente infiltrado acessar a redes sociais conhecidas como fechadas, em que é necessário receber convites ou ser adicionado por um administrador. Dessa forma, é imprescindível o agente virtual ter habilidade específica para conquistar a confiança do administrador dessa rede e ser inserido nesta.

É fundamental que o agente desenvolva as atividades inerentes ao caso, dentro dos limites legais, impostos pela autoridade judicial, de forma que não venha desviar de sua finalidade, praticando excessos por deixar de observar os critérios impostos para execução dessa técnica de investigação. Saliencia-se que os agentes que porventura vierem a praticar conduta contrária à imposta pela autoridade judicial, responderão pelos excessos praticados, conforme dispõe o artigo 190-C, parágrafo único da legislação vigente que: “O agente infiltrado que deixar de observar a estrita finalidade da investigação responderá pelos excessos praticados”. (BRASIL, 2017)

Ressalta-se que o desenvolvimento dessa técnica de investigação no ambiente virtual, é extremamente difícil, ainda que os riscos sejam mínimos em relação a integridade física do agente. O sigilo que a investigação requer pode ocasionar a possibilidade de o agente se abster de convívio familiar por determinado período, influenciando diretamente no desenvolvimento do seu conhecimento técnico e jurídico.

A infiltração de agentes policiais no ambiente virtual se tornou na atualidade uma importante técnica de investigação policial, para obter provas essenciais que apenas estão disponíveis no

ambiente virtual, identificar criminosos e desarticular associação ou organização criminosa, a fim de combater os delitos inerentes a dignidade sexual da criança e do adolescente.

Ao término da infiltração e concluída a investigação que foi realizada pelo agente empregado na operação, todos os atos realizados no ambiente virtual pelo agente durante as diligências deverão ser devidamente registrados, gravados, armazenados e encaminhados a autoridade judicial e ao Ministério Público, juntamente com o relatório do agente, para ser juntado ao processo criminal, assegurando a preservação da identidade do agente policial infiltrado e a intimidade dos infantes envolvidos, conforme dispõe no ECA:

Art. 190-E. Concluída a investigação, todos os atos eletrônicos praticados durante a operação deverão ser registrados, gravados, armazenados e encaminhados ao juiz e ao Ministério Público, juntamente com relatório circunstanciado.

Parágrafo único. Os atos eletrônicos registrados citados no caput deste artigo serão reunidos em autos apartados e apensados ao processo criminal juntamente com o inquérito policial, assegurando-se a preservação da identidade do agente policial infiltrado e a intimidade das crianças e dos adolescentes envolvidos. (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017) (ECA - Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990)

6. Conclusão

A evolução dos tempos nos levou à era da cibernética e o desenvolvimento da tecnologia surgiu com o objetivo de facilitar a vida das pessoas, por meio do atendimento de eventuais necessidades sociais, visando proporcionar mais conforto aos indivíduos. No entanto, apesar das vantagens do desenvolvimento tecnológico, a era cibernética também trouxe muitas desvantagens que criam um desafio para o Estado que enfrenta a transição de uma sociedade tradicional para uma nova sociedade, chamada “sociedade da informação”.

Na chamada era cibernética e sociedade da informação que estamos vivenciando, as crianças e adolescentes, estão progressivamente se ambientando e interagindo com o mundo virtual, tornando-se um hábito diário comum, evidenciando uma preocupante realidade que tem ocorrido no desenvolvimento infante-juvenil.

Difícilmente observa-se as crianças e os adolescentes praticarem hábitos outrora praticados por infantes, como brincadeiras tradicionais, prática de atividades desportivas, entre outras. Em razão do avanço no mundo tecnológico, que alterou a rotina infante-juvenil atual, estes interagem constantemente como mundo virtual.

Atualmente os infantes tem se relacionado com seus pares, em redes sociais abertas e fechadas, como por exemplo, *Facebook, Instagram, Whatsapp, Telegram, Skype, Snapchat*, entre outros. É comum o infante possuir um dispositivo eletrônico, como Smartphones, Tablets e similares, para interagir no mundo virtual.

Com a popularização das ferramentas tecnológicas de dispositivos móveis, mídias sociais e a incorporação dessas ferramentas na rotina dos infantes notam-se que as crianças e os adolescentes que utilizam desses meios, disponibilizam informações pessoais e de sua rotina em mídia social, correndo-se o risco de se tornar uma vítima em razão da exposição excessiva ou da publicação de uma informação, foto ou vídeo.

O risco desconhecido em face a exposição dos infantes de forma exagerada no ambiente virtual, é um dos principais fatores que contribuem para o aumento dos delitos virtuais, diante da vulnerabilidade destes no mundo cibernético, principalmente no que se refere aos delitos contra a dignidade sexual da criança e do adolescente. Por essa razão, a inovação no ordenamento jurídico que ocorreu no ano de 2017, com a promulgação da Lei 13.441/2017, foi justamente para enfrentar esses delitos que tem ocorrido no Brasil em ambiente virtual.

Ressalta-se que a inovação na legislação brasileira criando o instituto de infiltração de agentes em ambiente virtual, foi justamente para garantir a efetiva implementação da proteção integral da criança e do adolescente, com objetivo de reunir provas contra os infratores virtuais, instrumentalizar a fase processual e coibir a prática dos delitos contra a dignidade sexual da criança e do adolescente no mundo virtual.

Embora o agente infiltrado possa ter acesso a dados inerentes a violação da intimidade dos infantes no mundo virtual e possuírem a excludente de ilicitude em razão da função que estão exercendo, a qual está prevista na legislação e na autorização judicial, pela qual o juiz irá dispor as diligências que serão autorizadas pelo agente. O objetivo principal do agente infiltrado é preservar e defender a proteção integral da criança e do adolescente, sendo o instrumento do Poder Público, a garantir que os direitos dos infantes sejam respeitados e coibir na forma da lei os que violam seus direitos.

O presente artigo tratou sobre a proteção integral da criança e do adolescente, trazendo os avanços tecnológicos que os infantes estão vivenciando na atualidade e a inovação no ordenamento jurídico brasileiro, para garantir que a proteção integral à criança e ao adolescente seja respeitada, por meio do enfrentamento sistemático no ambiente virtual,

mediante as forças policiais e o Poder Judiciário. Portanto, o tema proposto objetivou trazer essa importante inovação na legislação infanto-juvenil, em face dos avanços no mundo cibernético.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2018.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2018.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto de Criança e do Adolescente**. Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2018.

BRASIL. Lei 11.343/06, de 23 de agosto de 2006. **Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências**. Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2018.

BRASIL. Lei 11.829, de 25 de novembro de 2008. **Altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet**. Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2018.

BRASIL. Lei 12.850/2013, de 2 de agosto de 2013. **Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei no 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências**. Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2018.

BRASIL. Lei 13.441, de 8 de maio de 2017. **Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente**. Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2018.

CABETTE, Eduardo Luiz Santos- **Crime de Invasão de Dispositivo Informático (Artigo 154-ACP)-2014**. <<https://eduardocabette.jusbrasil.com.br/artigos/153070617/crime-de-invasao-de-dispositivo-informatico-artigo-154-a-cp>>. Acesso em 04 set. 2018.

CABETTE, Eduardo Luiz Santos. **Infiltração Virtual: Alguns Breves Apontamentos**. 2017.<<https://jus.com.br/artigos/58136/infiltracao-virtual-alguns-breves-apontamentos>>. Acesso em 20 jun. 2018.

CASTRO, Henrique Hoffmann Monteiro- **Lei 13.441/17 Instituiu a Infiltração Policial Virtual**. -2016.<<https://www.conjur.com.br/2017-mai-16/academia-policial-lei-1344117-instituiu-infiltracao-policial-virtual>>. Acesso em 20 mai. 2018.

CORREIA, Tomás Brandão- **Direito Autoral na Sociedade da Informação**-2011.<<https://jus.com.br/artigos/19508/direito-autoral-na-sociedade-da-informacao>>. Acesso em 04 de jul de 2018.

CURY, Munir (coord.). **Estatuto da criança e do adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais**. 9 ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2008.

GEMAQUE, Silvio César Arouck. **É Possível a Infiltração Virtual de Agentes Em Organizações Criminosas**- 2018. <<http://blog.vouserdelta.com.br/e-possivel-infiltracao-virtual-de-agentes-em-organizacoes-criminosas>>. Acesso em 20 jun. 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LEITÃO JÚNIOR, Joaquim. **A infiltração policial na internet na repressão de crimes contra a dignidade sexual**. Canal Ciências Criminais, ISSN 2446-8150. 2017.<<https://canalcienciascriminais.com.br/infiltracao-policial-internet>>. Acesso em 06ago de 2018.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MENDRONI, Marcelo Batlouni. **Crime organizado: aspectos gerais e mecanismos legais**. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016.

MOREIRA, Rômulo Andrade- **A Nova Lei que Permite a Infiltração de Agentes na Investigação Criminal**-2016.<<https://romulomoreira.jusbrasil.com.br/artigos/456632451/a-nova-lei-que-permite-a-infiltracao-de-agentes-na-investigacao-criminal>>. Acesso em 19 jun.2018.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis Penais e Processuais Comentadas**. 9. ed. Vol. 2, Rio de Janeiro: Forense, 2016.

SALES, Antônio Marciel. **Aspectos Procedimentais da Infiltração Virtual no ECA**.in: **Congresso Internacional de Direitos Difusos**, Campina Grande: CONIDIF, 2017, 12 f.

SILVA, Ângelo Roberto Ilha (org.).**Crimes Cibernéticos**. 2. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

SILVA, Juliano Onofre. **Infiltração de Agentes em Organização Criminosas Por Meio Virtual**. -2017.<<https://jus.com.br/artigos/58720/infiltracao-de-agentes-em-organizacoes-criminosas-por-meio-virtual>>. Acesso em 22 de jun. 2018.